



A Confederação Política de Israel: Max Weber leitor do Cântico de Débora (Jz 5)

The Political Confederation of Israel:
Max Weber reader of the Song of Deborah
(Judge 5)

*Carlos Eduardo Sell**

UFSC

Recebido em: 01/11/2021. Aceito em: 16/11/2021.

Resumo: *O conceito de Confederação [Eidgenossenschaft] é uma das chaves hermenêuticas determinantes da caracterização sociológica que Max Weber nos apresenta da estrutura social de Israel em sua fase pré-monárquica. Embora profundamente influente nos estudos bíblicos, o assim chamado modelo anfictiônico é hoje amplamente questionado. Após examinar as características deste conceito e o modo como Weber fundamenta sua validade histórico – empírica no Cântico de Débora (Jz 5), argumenta-se que ele ainda nos oferece um modelo explicativo válido para a compreensão da organização político-social das tribos de Israel em sua fase pré-estatal.*

Palavras-chave: *Max Weber. Judaísmo Antigo. Confederação política. Juizes. Cântico de Débora.*

Abstract: *The concept of Confederation is one of the determining hermeneutical keys of the sociological characterization that Max Weber offers us of the social structure of Israel in its pre-monarchical phase. Although profoundly influential in biblical studies, the so-called amphictyonic model is now deeply questioned. After examining the characteristics of this concept and the way in which Weber*

* Doutor em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004). Mestre em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1997). Especialização em Ciências Sociais (Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, SC, 1994). Graduado em Filosofia (Fundação Educacional de Brusque, FEBE, 1994). Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: carlos.sell@ufsc.br.



bases its historical-empirical validity in the Deborah Song (Judg 5), it is argued that the concept still offers us a valid explanatory model for understanding the political-social organization of the tribes of Israel. in its pre-state phase.

Keywords: Max Weber. Ancient Judaism. Political Confederation. Judges. Song of Deborah.

Introdução

Não deixa de ser curioso o fato de que *O judaísmo antigo*, escrito de Max Weber publicado em 1917, tenha exercido mais impacto na exegese sócio-histórica da Bíblia do que na pesquisa sociológica¹. Sua análise foi determinante para toda a investigação posterior sobre a formação e a estrutura social de Israel e influenciou trabalhos histórico-exegéticos da maior relevância, como os de Albrecht Alt, Martin Noth, Walther Eichrodt e Gerhard von Rad, apenas para citar alguns dos mais conhecidos². Dentre as mais importantes heranças de Max Weber pode-se enumerar sua definição do judaísmo como religião pária, sua análise sociológica do caráter da legislação social do Pentateuco, sua sociologia dos profetas, sua pesquisa sobre os juízes enquanto líderes carismáticos, bem como seu conceito de Confederação [*Eidgenossenschaft*], tema deste artigo e instrumento decisivo para a caracterização da estrutura social, política e religiosa de Israel no período anterior à monarquia.

Atualmente, uma nova geração de pesquisas – a ser aqui criticamente examinada –, tem colocado em cheque a adequação histórica e a utilidade heurística do conceito de Confederação. Segundo tais estudos, o assim chamado modelo “anfictiônico” que está na base da visão de Weber precisaria ser suplantado por novas perspectivas teóricas. Weber, portanto, estaria totalmente superado. Será este realmente o caso? O *objetivo* deste artigo será discutir esta premissa, propondo uma leitura mais matizada da questão. Após determinar em que consiste a especificidade do conceito weberiano de “confederação”, destacando especialmente seu apoio histórico-exegético no *Cântico de Débora* (Jz 5), pretende-se demonstrar em que medida a abordagem de Weber ainda pode ser considerada válida nos termos da discussão atual.

¹ OTTO, E. *Max Webers Studien des Antiken Judentums: historische Grundlegung einer Theorie der Moderne*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2002.

² SCHÄFER-LICHTENBERGER, Christa. *Das antike Judentum*. MÜLLER, Hans-Peter. *Max Weber Handbuch*. Stuttgart: Metzler, 2014. p. 279-286.



Para alcançar tal meta o trabalho está *organizado* da seguinte forma. (1). No primeiro tópico apontam-se quais os parâmetros gerais da pesquisa de Max Weber sobre o judaísmo antigo, ao mesmo tempo em que se contextualiza a pesquisa do autor frente ao quadro de investigações sociológicas e histórico-teológicas de sua época. (2). O segundo tópico reconstrói os eixos da reflexão weberiana sobre a confederação política de Israel e coloca em relevo como o uso de fontes bíblicas, em particular o *Cântico de Débora* (a ser examinado), são vitais para seu argumento. (3). Tal análise prossegue no tópico terceiro no qual demonstra-se como o modelo teórico de Weber influenciou os estudos exegéticos posteriores sobre a estrutura social do período pré-monárquico de Israel. Neste mesmo tópico também examinam-se as principais críticas ao modelo weberiano, posteriormente denominado modelo anfitriônico. (4). Na parte final indaga-se em que medida tais críticas são justificadas. A conclusão é que, apesar das correções e aprimoramentos que seu modelo demanda, a pesquisa de Weber ainda nos fornece um quadro heurístico global relativamente válido para a compreensão da estrutura sócio-política de Israel no período pré-monárquico.

1 Max Weber e a análise sociológica do judaísmo antigo

O tema do judaísmo atravessa praticamente toda a carreira intelectual de Max Weber. Seu primeiro envolvimento com o tema do “hebraísmo” já pode ser datado de 1904/1905, quando ele redigiu seu estudo sobre as raízes religiosas da ideia de profissão como dever, naquele que é considerado seu texto mais famoso: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nos anos seguintes seus estudos sobre o assunto se ampliam e voltam a ser aprofundados na sua pesquisa sobre *As relações agrárias no mundo antigo*³, bem como nos capítulos de sociologia da religião⁴ e de sociologia do direito de *Economia e Sociedade*⁵, ambos redigidos entre 1910 e 1914⁶.

³ WEBER, Max. *Zur Sozial – und Wirtschaftsgeschichte des Altertums*: Schriften und Reden 1893-1908. Jürgen Deininger (org.). Tübingen: J.C.B. Mohr, 2006. [MWG I/6].

⁴ WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft. Religiöse Gemeinschaften*. Editado por Hans G. Kippenberg, em conjunto com Petra Schilm, com a colaboração de Jutta Niemeier. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001. [MWG I/22-2].

⁵ WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft. Recht*. Editado por Werner Gephart e Siegfried Hermes. Tübingen: Mohr Siebeck, 2010. [MWG I/22-3].

⁶ Pertencem a este conjunto ainda mais três textos que, apesar de curtos, são de enorme importância teórica: *Ética e mítica: isolamento ritual* (1915), *Os fariseus* (1920) e *Os fundamentos sociológicos do desenvolvimento do judaísmo* (1917).



1.1 Características

No entanto, é apenas a partir de 1916 que Weber inicia a redação de um escrito dedicado exclusivamente ao tema: – *O judaísmo antigo*⁷ –, publicado pela primeira vez em 1917. Tal estudo fazia parte de suas pesquisas sobre *A ética econômica das religiões mundiais* e junto com seus escritos sobre o *Confucionismo e o Taoísmo e Hinduísmo e o Budismo*, além dos diversos textos que se referem ao protestantismo ascético, pretendia oferecer “uma contribuição para a tipologia e sociologia do racionalismo”⁸ ou, como dirá Weber em outra passagem, são textos que visam “explicar a gênese do racionalismo ocidental”⁹. Em relação a este problema o judaísmo ocupa um lugar fundamental¹⁰, pois “ao observar as condições de desenvolvimento do judaísmo nos situamos [...], sobretudo pela razão da influência de sua religião na história universal, em um ponto crucial de todo o desenvolvimento cultural do Ocidente e do Médio-Oriente”¹¹. Na visão de Weber “aquele grande processo histórico-religioso de desencantamento do mundo” – marca da civilização ocidental – que foi consumado no protestantismo ascético, iniciou sua trajetória justamente “com a profecia do judaísmo antigo”¹².

Com base nesta indagação mais ampla, Weber perguntou-se, em um nível mais aplicado e específico, a respeito da peculiaridade sociológica do judaísmo¹³. Quanto a este ponto, Gutmann¹⁴, já em 1925,

⁷ WEBER, M. *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Das antike Judentum*. Schriften und Reden 1911-1920. OTTO, Eckart; OFFERMANN, Julia (org.). Tübingen: Mohr Siebeck, 2005. [MWG I/21].

⁸ WEBER, M. *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Konfuzianismus und Taoismus. Schriften 1915-1920*. Editado por Helwig Schmidt-Glintzer, em conjunto com Petra Kolonko. Tübingen: Mohr Siebeck, 1989. MWG I/19, p. 481.

⁹ WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Edição incluindo: Anticríticas, Igrejas e seitas na América do Norte. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 22.

¹⁰ SCHLUCHTER, W. *Max Webers Studie über das antike Judentum*. Frankfurt a. M: Suhrkamp, 1981.

¹¹ WEBER, M. *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Das antike Judentum*. Schriften und Reden 1911-1920. OTTO, Eckart; OFFERMANN, Júlia (org.). Tübingen: Mohr Siebeck, 2005. [MWG I/21], p.18.

¹² WEBER, 2020, p. 82.

¹³ SCHLUCHTER, W. The approach of Max Weber's sociology of religion as exemplified in his study of ancient Judaism. *Archives de sciences sociales des religions*, v. 49, n. 127, p. 33-56, 2004.

¹⁴ GUTTMANN, Julius. Das antike Judentum, “Max Webers Soziologie des antiken Judentums, *Monatsschrift für Geschichte und Wissenschaft des Judentums*, vol. 6, 1925, p. 195-223.



destaca que o estudo de Weber guiou-se desde o início pela preocupação de explicar qual conjunto de fatores determinou a evolução de Israel para um “povo pária”, quer dizer, uma forma de organização social que, uma vez fundada na ideia de “povo eleito”, desaguou em uma religião exclusivista, ou, por outra, que não é uma religião de caráter universal.¹⁵

Partindo destes questionamentos, Weber dividiu seu estudo em duas partes. A primeira trata justamente da “confederação política de Israel” e concentra sua análise no período pré-exílico. Já a segunda parte realiza uma detalhada análise do perfil social e político dos profetas e lhes atribui a construção de uma forma de religiosidade ética fundada em princípios abstratos. Mas, com a perda de independência política de Israel foram os sacerdotes que acabaram por encaminhar o judaísmo na direção do isolamento ritual, tendo em vista a preocupação em firmar sua identidade religiosa.

1.2 Contexto

Dois campos de conhecimento são fundamentais para entender o perfil da análise de Weber sobre o judaísmo antigo: o sociológico e o histórico-bíblico. No que toca à dimensão sociológica, a análise de Weber se constrói especialmente em confronto crítico com a obra de Werner Sombardt, autor que, reagindo ao vínculo estabelecido por Weber entre *ethos* puritano e conduta capitalista, sustentava existir uma relação causal entre judaísmo e economia capitalista¹⁶. Weber rejeitou prontamente esta tese, afirmando que “nem o especificamente novo do moderno *sistema* econômico nem o especificamente novo da moderna *atitude* econômica são especificamente judaicos¹⁷”.

Já em se tratando da análise substantiva do judaísmo antigo, Weber é profundamente devedor do estado de desenvolvimento das pesquisas exegético-teológicas de sua época¹⁸. Consequentemente, ainda que seja vital entender como a “teologia cristã” exerceu influência sobre ele, não

¹⁵ Trata-se, sem dúvida, do aspecto mais polêmico deste estudo. Para uma análise, veja-se: Raphael (1970).

¹⁶ SOMBART, W. *Die Juden und und das Wirtschaftsleben*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1911.

¹⁷ WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 1994. p.407.

¹⁸ LIEBESCHÜTZ, H. *Das Judentum im deutschen Geschichtsbild von Hegel bis Max Weber*. Tübingen, 1967.



é tanto na figura de Paulo¹⁹ que devemos prestar atenção, mas principalmente na pesquisa especializada sobre o Antigo Testamento daquele período, seja no campo da exegese bíblica propriamente dita, seja no campo da ciência histórica.

O próprio Weber nos informa com muita clareza sobre as suas fontes em uma extensa nota de *O judaísmo antigo*, na qual ele se defronta com duas questões heurísticas centrais. A primeira diz respeito a confusão entre de juízos de valor e análise puramente objetiva. Neste contexto ele elogia os “grandiosos” estudos de J. Wellhausen, além das inovações metodológicas de Wette, Vatke, Graf, Dilmann e Reuss que elevaram tal método “à mais alta perfeição sistemática”²⁰. A segunda diz respeito ao conflito entre uma interpretação externalista ou internalista da história de Israel, momento em que ele retoma o debate entre Wellhausen e historiador Ed. Meyer. Ele critica os pesquisadores “pan-babilonistas” (assiriólogos e egiptólogos) e elogia como particular destaque o trabalho de Herman Gunkel.

Com efeito, Wellhausen, Gunkel e Meyer são, entre os 125 textos especializados citados em *O judaísmo antigo*, os estudiosos mais referenciados por Weber, o que demonstra como ele estava a par dos resultados do método histórico-crítico, em particular da hipótese documentária de Wellhausen, da história das formas [*Formgeschichte*] de Gunkel e ainda das pesquisas da chamada “Escola da história da religião” (*Religionsgeschichtliche Schule*) de Göttingen, correntes que dominam a pesquisa acadêmica sobre o judaísmo naquele período. Mesmo assim ele não aderiu aos pressupostos de muitos destes autores que, projetando o esquema lei/gracia da teologia protestante sobre a história de Israel, tendiam a romantizar o período pré-monárquico e a enxergar no período pós-exílico de formação do judaísmo como um período de decadência. Weber, ao contrário, procurou mostrar que tais processos tinham suas raízes muito antes, já no processo formação de Israel: para ele, judaísmo é um termo que se aplica ao todo da história de Israel e não apenas a uma parte. Consequentemente, separando análise objetiva de valores, ele não pode ser visto apenas um mero reflexo do que pensavam os teólogos cristãos de seu tempo, pois contrariando muitas das suas premissas, apresentou um estudo profundamente original sobre este tema.

¹⁹ FREITAS, Renan Springer. *Judaísmo, racionalismo e teologia cristã da superação: um diálogo com Max Weber*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

²⁰ WEBER, M. *O judaísmo antigo*. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 10.



2 A Confederação Política de Israel no Cântico de Débora

Dois elementos notabilizam a análise que Weber faz da formação do judaísmo em sua fase pré-exílica. O primeiro é que ele concentra a maior parte de sua atenção no período pré-monárquico e pouco explora a fase da organização estatal de Israel. O segundo é que, em relação à fase pré-estatal, ele confere pouco atenção às figuras dos patriarcas e de Moisés (embora não as considere lendárias) para focar seu estudo na constituição das tribos de Israel. É neste contexto que emerge o seu conceito de “confederação” [*Eidgenossenschaft*] cujas bases históricas ele vai buscar nas fontes bíblicas, muito em particular, ainda que não exclusivamente, no *Cântico de Débora*. Vejamos, pois, (2.1) como Weber entende a estrutura política das tribos de Israel e (2.2) de que modo ele fundamenta sua visão no texto bíblico.

2.1 A Confederação sob o prisma sociológico: que tipo de associação?

Na primeira parte do seu estudo, partindo especialmente da legislação social do Pentateuco, Weber analisou a estrutura social do antigo Israel, focando particularmente as contradições entre o campo e a cidade. É a partir deste elemento que ele parte para a compreensão da organização política das tribos judaicas, momento em que o conceito de Confederação aparece em sua análise, nos seguintes termos:

Israel, enquanto comunidade política, era propriamente sobretudo uma confederação. Um israelita – também um membro de outra tribo – que se encontrasse na condição apenas de um ger em relação a quem ele dirige a palavra chama, por isso, os israelitas de irmãos (achi), de forma análoga a como todo falante suíço, em ocasiões oficiais, há de tratar, compatriotas suíços por “confederados”.²¹

A citação deixa entrever que a Confederação – que Weber utiliza em analogia com o caso da Suíça – não depende da homogeneidade sócio-cultural das tribos, pois é antes de tudo uma organização política. Mas ela possui uma base religiosa, dado que é sempre uma coalizção conjurada chamada de *Berith* [aliança] que deve ser consumada

²¹ WEBER, 2019, p. 98.



ritualisticamente sob a comunhão de passadio dos coligados (aqui Weber cita Gn 26,30 e Js 9,14). Para Weber, já no período pré-exílico as partes da aliança “eram tidas como formações de aliança com Deus mesmo”²². Mesmo assim o fator religioso não pode ser visto de forma isolada, pois “a circunstância de a aliança propriamente com o Deus Iahweh ter se tornado uma concepção fundamental para a auto-apreciação de Israel quanto à sua posição geral entre os povos estava relacionada a outras condições”²³. Dessa forma:

O significado do conceito de “aliança” para Israel tem seu fundamento na circunstância de que a antiga constituição social israelita, em uma parcela bastante substancial, baseava-se em uma permanente relação, regulamentada por contrato, entre clãs de guerreiros com propriedade fundiária e tribos-hóspedes na condição de metecos juridicamente protegidos: pastores peregrinos e artesãos estrangeiros, comerciantes e sacerdotes”.²⁴

A conclusão de Weber é que, “com respeito à confederação israelita mesma, ela foi, segundo tradição inequívoca, uma aliança de guerra sob e com Iahweh enquanto o Deus da guerra da Aliança, enquanto garante das suas ordens sociais e promotor da prosperidade material dos confederados”²⁵. Em suma: “Israel foi não um nome de uma tribo, senão nome de uma associação, a saber, de uma *aliança cúltica*”²⁶.

Quanto a sua estrutura sócio-política, o número de tribos que integravam a confederação variou conforme o tempo. Além disso “a confederação não tinha órgãos permanentes”²⁷, pois em tempos de paz não “não havia nenhum tribunal de justiça centralizado, nem uma autoridade administrativa de qualquer espécie”²⁸. Bem ao contrário disso, “a unidade a aliança se expressava na circunstância de que um herói ou profeta de guerra reconhecido por Iahweh regularmente reivindicava autoridade para além dos limites de sua tribo”²⁹. Tais líderes não deveriam

²² WEBER, 2019, p. 103.

²³ WEBER, 2019, p. 103.

²⁴ WEBER, 2019, p. 103.

²⁵ WEBER, 2019, p. 106.

²⁶ WEBER, 2019, p. 106, grifo nosso.

²⁷ WEBER, 2019, p. 108.

²⁸ WEBER, 2019, p. 108.

²⁹ WEBER, 2019, p. 108.



ser vistos como enunciados da lei, pois “resoluções político-militares, não sentenças jurídicas ou judicações populares eram as atividades específicas dos *Shofetim* carismáticos”³⁰. Ao final do seu estudo sobre a Confederação, Weber conclui que:

*Ao considerar tudo isso, não houve em Israel, no antigo tempo da Aliança, nenhuma localidade comum para instrução jurídica formalmente competente. Antes, havia apenas o poder dos heróis de guerra carismáticos – intermitente, de distintos graus de amplitude – o prestígio de oraculizadores fiáveis e de antigas localidades de culto do deus da guerra da Aliança (sobretudo em Silo). Por fim possivelmente (mas sem certeza) também alguns rituais anfictionônicos periódicos, como talvez aquelas cerimônias siquemitas de bênçãos e imprecações, e as festas anuais de Iahweh em Silo, várias vezes mencionadas.*³¹

No contexto da pesquisa weberiana, o tema da confederação foi detidamente analisado no estudo de Crista Schäfer-Lichtenberg³². Ela destaca que, junto com o conceito de “*Stadtstaat*” [Estado cidadão], oriundo da sociologia das cidades, o conceito de “*Eidgenossenschaft*” constitui o segundo pilar da análise weberiana da estrutura social de Israel no período anterior ao exílio. Mas ambos possuem funções heurísticas diferentes, pois enquanto a categoria de Estado cidadão está construída sobre a ideia de hierarquia cidade/campo, a Confederação tem um caráter essencialmente camponês e igualitário. O conceito de Confederação possui também uma natureza híbrida, pois ele supõe um tempo de normalidade e paz (no qual predomina a dominação tradicional), enquanto no tempo da guerra, sob a liderança dos juizes, instaura-se a dominação carismática. Por fim, e apesar da natureza analógica do conceito de Confederação, Schäfer-Lichtenberg³³ destaca que tal conceito não é elaborado por Weber de forma *a-priori* mas a partir de material extraído da própria Bíblia, assunto do qual vamos tratar a seguir.

³⁰ WEBER, 2019, p. 111.

³¹ WEBER, 2019, p. 115, grifo nosso.

³² SCHÄFER-LICHTENBERGER, Christa. *Stadt und Eidgenossenschaft im Alten Testament*. Eine Auseinandersetzung mit Max Webers Studie »Das antike Judentum«. Berlin: de Gruyter, 1983.

³³ SCHÄFER-LICHTENBERGER, Christa. The Pariah: Some thoughts on the genesis and presuppositions of Max Weber's Ancient Judaism. *Journal for the Study of the Old Testament*, 5, 991, p. 85-113.



2.2 A Confederação sob o prisma bíblico: o Cântico de Débora (Jz 5)

Se o conceito de Confederação, em homologia com a Anficionia mediterrânea, serve a Weber como objeto formal, podemos dizer então que sua análise material parte dos textos do Antigo Testamento: eles são, por assim, dizer, sua fonte primária de estudos. Como mostrou Sacks³⁴, um dos raros autores a estudar o método de interpretação bíblica de Weber, ele utiliza a Escritura cristã não tanto para uma descrição, mas para uma reconstrução sociológica interrogativa. São inúmeras as citações e referências que Weber faz aos textos bíblicos (e seus intérpretes) e nem de longe poderemos analisá-los aqui. Mas, em se tratando do tema da Confederação, uma passagem ocupa um lugar destacado na argumentação: o *Cântico de Débora*³⁵. Vejamos porque.

Primeiramente porque este trecho do livro dos Juízes é vital para que Weber pudesse identificar os membros da aliança – as tribos – e , mais importante ainda, o caráter de sua associação. É claro que Weber não assume acriticamente a existência de um “sistema” de “doze” tribos e deixou bem claro tratar-se de uma “esteriotipação” tardia que passava pela fase de sua “circunscrições geográfico-administrativas régias”³⁶ do tempo de Davi e Salomão³⁷. Mesmo assim, ele era da opinião de que o sistema tinha sua base nos “limites da tribos antigas”. É para fundamentar esta tese que ele recorre ao *Cântico de Débora*, nos seguintes termos:

O Cântico de Débora menciona como membros da Aliança, fora a tribo montanhesa de Efraim, que participa da guerra, e ambas as suas divisões Maquir e Benjamin – assim como Zabulon, Neftali e Issacar – ainda as tribos sedentárias Aser e Dã, próximas ao mar, do outro lado as tribos

³⁴ SACKS, H. Max Weber's Ancient Judaism. *Theory, Culture & Society*, v. 16, n. 1, p. 31-39, 1999.

³⁵ Um segundo ponto a ser considerado seria também o perfil e função dos “líderes” de Israel, os assim chamados “Juízes” [*Shofetim*]. Mas, este tema, que nos remete ao campo da dominação carismática, nos leva para além da questão da Confederação propriamente dita, razão pela qual ele será deixado de lado.

³⁶ WEBER, 2019, p. 126.

³⁷ Embora não pareça claro, aqui Weber parece atribuir a redação do texto a um autor que pertenceria à época de Salomão (Documento Javista). Hoje em dia, porém, a datação do javista não é mais considerada tão antiga, devendo ser mais recente (ZENGER *et al.*, 2016, p. 137ss).



*criadores de gado Ruben e Gallaad, a leste do Jordão, que todavia se recusam a prestar auxílio à Aliança.*³⁸

A seguir ele menciona o fato de que a lista usual de doze tribos só será apresentada nas “compilações de Bênçãos”. A diferença é que:

*No tempo do Cântico de Débora, porém, sem dúvida não eram consideradas tribos pertencentes a esse grupo nem Judá, nem Simão, tampouco Levi. A época mais tarde, Efraim ou José – era indubitavelmente considerada tribo central da Aliança, como o demonstram sua descendência da mulher dileta de Jacó e sua caracterização como o seu filho (ou neto) dileto.*³⁹

Neste ponto, portanto, Weber segue de forma bastante próxima a exegese de sua época, bem como a atual, que se apoia no capítulo 5 de Juízes e nas bênçãos de Jacó (Gênesis 49, 3-28) e Moisés (Deuteronômio 33) para entender a evolução histórica e teológica do sistema das doze tribos de Israel⁴⁰.

O segundo aspecto é que a Confederação não possuía órgãos permanentes e em tempos de paz sequer havia um órgão centralizado de resolução de conflitos. Apenas durante períodos de guerra é que a unidade de aliança se manifestava pelo fato de que “um herói ou profeta de guerra reconhecido por Iahweh regulamente reivindicava autoridade também para além dos limites de sua tribo”⁴¹. Neste ponto da argumentação, o *Cântico de Débora* volta a ter uma posição chave, já que “algo do gênero é relatado por Débora (Jz 4,5). Mais especificamente: “o cântico de Débora – a fonte mais confiável – apresenta a profetisa junto a Barac, principal herói da guerra dos Neftalitas, o qual, como líder das

³⁸ WEBER, 2019, p. 107.

³⁹ WEBER, 2019, p. 107.

⁴⁰ Para fundamentar o caráter cultural da Confederação, Weber recorre, entre outros, ao trecho de Juízes 21,19 (“mas, disseram eles, “há a festa de Iahweh que se celebra anualmente em Silo”), trecho no qual se menciona, portanto, onde supostamente a Confederação realizava os “rituais anfitriônicos periódicos” (WEBER, 2019, p. 115). Quanto à natureza das cerimônias ali realizadas, Weber recorre à Josué (8,30-31) e de forma complementar a Deuteronômio (11,29-30 e 27,14-26) para identificar suas possíveis características. Mas, apesar da importância da questão, vamos prosseguir nossa análise do lugar ocupado pelo Cântico de Débora em relação à outra característica fundamental da Confederação: seu caráter político-jurídico.

⁴¹ WEBER, 2019, p. 108.



legiões do exército, tem ao seu lado, a ele aliado, um grande número de notáveis das outras tribos”⁴².

Resta que da análise textual resulta claro que o *Cântico de Débora* é uma peça chave para que Weber caracterize (1) o perfil e a natureza da Confederação, bem como (2) a função desta entidade. Mas, será esta uma análise justificada? Terá Weber utilizado desta fonte bíblica de modo adequado? Para responder a estas dúvidas, vejamos o que nos dizem os atuais estudos exegético-bíblicos sobre esta impressionante peça literária.

O *Cântico de Débora* encontra-se no *Livro dos Juízes*, escrito que a bíblia hebraica classifica entre os “Profetas anteriores”, enquanto na bíblia cristã ele integra o bloco dos “Livros históricos”. Ele inscreve-se no contexto da “Obra historiográfica deuteronomista”, uma escola de pensamento pós-exílica que, diferente da obra historiográfica sacerdotal [centrada no culto e no templo e responsável pela redação do livro das Crônicas], relê-a história de Israel sob o prisma da fidelidade à aliança. O livro possui uma divisão simples, pois o corpo principal de texto (Jz 2,6-16, 31) está ladeado por uma introdução (Jz 1,1-2,5)⁴³ e uma parte final com adições e anexos (Jz 17 a 21).

A partir daí começa a discussão sobre processo de redação das narrativas sobre os chamados juízes “maiores” (Otoniel, Aod, Débora/Barac, Gedeão, Jefté e Sansão) e “menores” (Samgar, Tola, Jair, Jefté, Abesã, Elon e Abdon). Conforme a hipótese deuteronomista, o livro teria passado por três estágios redacionais. Primeiramente teríamos o *Livro dos salvadores* (Jz 3,7-12,15) e depois os escritos deuteronomistas e pós-deuteronomistas acrescentaram, além de novas narrativas, os materiais existentes na introdução, prólogo e anexos. É em função dessa revisão teológica que o livro possui uma lógica narrativa cíclica: a cada vez que Israel é infiel, Deus envia um salvador⁴⁴.

O *Cântico de Débora*, que celebra a batalha das tribos de Israel, lideradas por Barac contra Sísara, general do exército do rei Jabin (fato

⁴² WEBER, 2019, p. 110.

⁴³ Trata-se, na verdade, de uma dupla introdução (a primeira vai de Jz 1,-1-2,5 e a segunda de Jz 2,6-3,6).

⁴⁴ Fórmula do pecado: “Os israelistas fizeram o que é mau aos olhos de Israel (Jz 3,7). Fórmula de ira: “Então “a ira de lahweh se acendeu contra Israel” (Jz 3,8; Jz 10,7). Fórmula de transferência: “e ele os entregou na mão de ...” (Jz 3,8). Fórmula de apelo: “Os israelitas clamaram a Israel” (Jz 3,9). Fórmula do despertar: “e lahweh lhe suscitou um salvador que os libertou” (Jz 3,9.15).



narrado no capítulo 04)⁴⁵, é considerado pela exegese o mais antigo texto do Antigo Testamento⁴⁶, embora haja quem conteste esta tese⁴⁷. De toda forma, os estudiosos não negam que se trata de um escrito no qual estão contidas memórias profundas do povo de Israel. Existem diversas propostas de análise estrutural do texto⁴⁸, mas, para o presente artigo, siga a análise de Santos⁴⁹ que propõe um esquema em nove partes⁵⁰. Algumas delas são especialmente importantes para nosso argumento.

A primeira delas é o quinto destes tópicos (v. 14-18) que contém a lista das tribos e é, obviamente, central para nosso argumento:

14. Os príncipes de Efraim, os oficiais estão na Planície. Á tua retaguarda, Benjamin está entre os teus. Os chefes desceram de Maquir, de Zabulon, aqueles que levam o bastão de escriba. 15. Os príncipes de Issacar estão com Débora e Neftali. Barac também se lança nas suas pegadas na planície. Nos clãs de Rúben, demoradamente se deliberava. Porque permanecestes entre as duas muretas a escutar os assobios, junto aos rebanhos? (Nos clãs de Rúben, demoradamente se deliberava). 17. Galaad ficou do outro lado do Jordão, e Dã, porque vive nos navios? Aser permaneceu na orla do mar, e tranquilo habita em seus portos. 18. Zebulon é um povo que enfrentou a morte, como Neftali nos planaltos do território⁵¹.

⁴⁵ O que trás à tona o problema da relação entre estes dois capítulos, assunto que não abordaremos aqui.

⁴⁶ FROLOV, S. "How Old is the Song of Deborah?" *Journal for the Study of the Old Testament*, v. 36, n. 2, p. 63-84, 2011.

⁴⁷ uma revisão bastante ampla da bibliografia sobre este Cântico encontra-se em: MAYFIELD, T. The Accounts of Deborah (Judges 4 and 5) in Recent Research. *Currents in Biblical Research*, v. 7, n. 3, p. 306-305, 2009.

⁴⁸ Como em FOKKELMAN, J. P. The Song of Debora and Barak: Its Prosodic Levels and Structure. Wright, D. (ed.). *Pomegranates and Golden Bells: Studies in Biblical, Jewish, and Near Eastern Ritual, Law, and Literature in Honor of Jacob Milgrom*. Winona Lake: Eisenbraus, 1995. p. 595-628 e VINCENT, M. The Song of Deborah: A Structural And Literary Consideration. *Journal of Palestine Oriental Society*, n. 91, p. 62-64, 2000.

⁴⁹ SANTOS, Leide Jane Soares dos. *Memórias e tradições originárias do antigo Israel: um estudo de Juizes 5*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 2019.

⁵⁰ 1) Introdução: v. 1-2, Introdução deuteronomista: v. 1, Introdução anterior e possivelmente original do texto: v.2, 2) Teofania: v. 3-5, 3) Realidade socioeconômica do povo de Israel: v. 6-8, 4) Débora convoca o povo para a batalha: v. 9-1, 5) Lista das tribos: v. 14-18, 6) Local do conflito: v. 19-22, 7) Maldição de Meroz e bênção de Jael: v.23-27, 8) A mãe de Sísara e a repercussão da batalha: v. 28-30, 9) Fórmula final: v. 31, Fórmula possivelmente anterior a tradição deuteronomista: v. 31a, Fórmula deuteronomista: v. 31b.

⁵¹ BÍBLIA de Jerusalém. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p. 356.



Tem havido um notável e detalhado esforço dos estudiosos em comparar esta lista de dez tribos com as demais existentes na Bíblia visando entender os motivos e significados das variações existentes⁵². No entanto, mais do que o número e sequência de tribos, no que toca ao argumento de Weber, o principal é o fato de que esta lista já pode ser datada dos tempos mais antigos de Israel, o que seria um indicador de que elas já se percebiam como um conjunto unificado e não como unidades dispersas. Como observou Halpern⁵³, essencial é o fato de que estas tribos atuam em conjunto com base na representação de que são parte de “Israel” (versículos 5, 2, 3, 5, 7 até 8, 9, 11) ou do “povo de Iahweh” (Jz, 5, 1ld, 12, 13b, 30). Além disso, as tribos de Rúben, Galaad, Dã e Aser (Jz 5, 15c – 17) que não participaram do combate são reprovadas por isso (Jz 5, 23)⁵⁴, sinal de que existia uma obrigatoriedade moral subjacente no conjunto das tribos. Dito em outros termos, o *Cântico de Débora* parece expressar algo mais do que uma simples aliança político-militar *ad hoc* entre elas⁵⁵. Além do conteúdo, outro fator a considerar é a forma literária do escrito, pois embora alguns o considerem apenas um cântico de celebração de vitória⁵⁶, existe também a hipótese de que se trata de uma fórmula litúrgica utilizada para relembrar as obrigações decorrentes da aliança entre as tribos⁵⁷.

Ainda que – como aliás é comum no campo da exegese bíblica – não exista total acordo sobre a questão, existem boas razões a sustentar a hipótese de que o *Cântico de Débora* oferece indícios da existência de uma organização político-militar que unificava, em seus primórdios, as tribos de Israel. Sem esta base bíblica, portanto, o argumento de Weber não se sustenta.

⁵² MOOR, J. C. The Twelve Tribes in the Song of Deborah. *Vetus Testamentum*, XLIII, p. 483-494, 1993.

⁵³ HALPERN, B. The Resourceful Israelite Historian: The Song of Deborah and Israelite Historiography. *Harvard Theological Review*, v. 76, n. 4, p. 379-401, 1983.

⁵⁴ Conforme diz esta citação: “Maldito seja Meroz, diz o Anjo de Iahweh, amaldiçoai, amaldiçoai os seus habitantes: pois não vieram em auxílio de Iahweh, entre os heróis, em auxílio de Iahweh”.

⁵⁵ Para uma visão contrária, ver: AHLSTRÖM, Gösta W. *The history of ancient Palestine from the Palaeolithic period to Alexander's conquest*. Sheffield: JSOT Press, 1993.

⁵⁶ WRIGHT, J. L. Deborah's War Memorial The Composition of Judges 4–5 and the Politics of War Commemoration. *Walter de Gruyter, ZAW*, 123, p. 516-534, 2011.

⁵⁷ WEISER, A. Das Deborahlied. *Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft*, 71, p. 67-97, 1959.



3 O modelo anfictionico

A tese weberiana da confederação – posteriormente denominada de modelo anfictionico – tornou-se profundamente influente nos estudos bíblicos e foi dominante até meados dos anos 60, quando as críticas se avolumaram e sua validade passou a ser posta em cheque. Vejamos as principais características de cada um destes dois momentos separadamente.

3.1 Desenvolvimento

A expressão “anfictionia” surge no contexto da pesquisa histórica e designa uma liga ou aliança que não é de caráter político ou militar e sim religioso. Seus exemplos mais tradicionais são as ligas de Delfos e Delos. Embora a expressão já possa ser encontrada nos escritos de Julius Wellhausen e Eduard Meyer⁵⁸, Weber é considerado o primeiro autor a utilizar consistentemente o modelo grego para compreender, de modo analógico, o caráter da confederação de Israel, em particular os rituais realizados em Siquém ou Silo ou, segundo Alt⁵⁹, no monte Tabor. Com efeito, esta primeira geração de estudiosos partiam das mesmas premissas, mas discordavam sobre o número de tribos que integravam a confederação, bem como sobre o local central do culto da Anfictionia. Sigmund Mowinckel⁶⁰, por exemplo, sustenta que inicialmente integravam a confederação 10 tribos e apenas sob Davi seu número chegou a 12, tese similar adotada por A. Weiser⁶¹ e K.-H. Schunck⁶². Outros pesquisadores, por sua vez, são da opinião de que devemos localizar junto a esta grande liga também alianças de tipo parcial ou paralelas, como aquela de Hebron⁶³, Siquém⁶⁴,

⁵⁸ SZÁNTÓ, E. Die griechischen Phylen. Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften. *Phil.-hist. Klasse*, 144/5, Wien, 1901.

⁵⁹ ALT, A. Eine galiläische Ortsliste in Jos. 19, *ZAW*, 45, p. 59-81, 1927.

⁶⁰ MOWINCKEL, S. „Rahel-Stämme“ und „Lea-Stämme“. *BZAW*, 77, Berlin, p. 129-150, 1958.

⁶¹ WEISER, 1959.

⁶² SCHUNCK, K.-D. Benjamin: Untersuchungen zur Entstehung und Geschichte eines israelitischen Stammes, *BZAW*, 86, Berlin: Alfred Töpelmann, 1963.

⁶³ SAYCE, A. The Cuneiform Tablets of El-Amarna, now preserved in the Boulaq Museum. *Proceedings of the Society of Biblical Archaeology*, 11, 1888/89.

⁶⁴ MEEK, T. Hebrew Origins. *The Haskell Lectures*, 34, 1933. Harper: New York NY, 1936.



Gilgal⁶⁵ ou mesmo Betel ⁶⁶. Na mesma linha de pesquisa, Gerhard von Rad⁶⁷ desloca sua atenção para a importância das guerras conjuntas levadas à cabo pela Confederação.

Após esta primeira vaga de estudos, o modelo anfictiônico atingiu um novo patamar com a obra de Martin Noth⁶⁸. O ponto de partida da análise deste pesquisador é seu estudo sobre as dozes tribos de Israel que ele não considera uma realidade ficcional. Analisando as diferentes listas bíblicas, ele concluiu que “o sistema tem pressupostos históricos muito concretos e se [...] não pode ser derivada de uma situação em um momento dado, é indubitável que sua origem se baseia em um processo histórico muito complexo”⁶⁹. O próprio fato de as tribos serem enumeradas em doze parece atestar este fato. Para ele, o primeiro santuário da liga foi Siquém, mas depois ele se deslocou para Betel, Guilgal e Silo. Apesar da existência de cultos locais, “para Israel, considerada em seu conjunto, só era oficial o culto no Santuário central”⁷⁰.

Dentre as instituições centrais desta anfictionia, Noth destacou, em primeiro lugar, a possível existência de um culto, ainda que seja difícil determinar seus detalhes. Muito provavelmente tratavam-se de sacrifícios oferecidos pelo menos uma vez por ano por ocasião de uma peregrinação ao santuário. Também não existe clareza sobre os artífices deste culto, se eram sacerdotes locais ou mesmo um sacerdócio permanente. Ele também era da opinião de que por ocasião destas festas as tribos discutiam seus problemas através de representantes chamados “*nasi*” [oradores]. Dada a importância da lei escrita, já visível naquela época, Noth especula sobre o fato de que os juízes menores pudessem ser estes funcionários. Da mesma forma, ele não julgava possível determinar se tais “delegados” formavam algum tipo de conselho que se reunia periodicamente. De todo modo, esta estrutura prévia, ainda que

⁶⁵ MÖHLENBRINK, K.. Die Landnahmesagen des Buches Josua. *Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft*, 56, p. 238-268, 1938.

⁶⁶ JEPSEN, A. Zur Überlieferungsgeschichte der Vätergestalten. Festschrift Albrecht Alt zum 70. Geburtstag gewidmet. *Wissenschaftliche Zeitschrift – Gesellschafts – und sprachwissenschaftliche Reihe*. vol. 3, 3, p. 139-153, 1953/54.

⁶⁷ RAD, G. *Theologie des Alten Testaments*. Bd. II: Die Theologie der prophetischen Überlieferungen Israels. München, 1960.

⁶⁸ NOTH, Martin. *Das System der zwölf Stämme Israels*. Stuttgart: Kohlhammer, 1930.

⁶⁹ NOTH, M. *Historia de Israel*. Barcelona: Garriga, 1966. p. 92.

⁷⁰ NOTH, 1966, p. 92.



frágil e desarticulada, acabou servindo de ponto de partida ou elemento de transição para a formação de monarquia.

Apesar de começar a declinar nos anos 60, a força do modelo anfictionônico residia em sua capacidade de oferecer uma explicação plausível para a unidade política-cultural de Israel e para a crença religiosa que unia as diferentes unidades sociais deste “povo”. Em outros termos, o que ele conseguia explicar era justamente porque Israel podia considerar-se uma entidade com referências culturais, políticas, culturais e legais de caráter comum.

3.2 Crítica

Se tais era suas virtudes, o que levou a crise deste modelo? Há uma variedade de autores que identificaram diversos problemas⁷¹, destacando-se entre eles o escrito de Norman Gottwald⁷². Além de insistir na tese de que o Israel tribal era uma sociedade igualitária, seu notável estudo também questionou os modelos explicativos para o processo de instalação de Israel em Canaã [conquista, imigração e revolta] contra os quais propôs a hipótese da re-tribalização. Mas é sua análise crítica do modelo anfictionônico que vai ocupar nossa atenção doravante.

Apesar de anunciar uma veemente “crítica e refutação” do modelo anfictionônico, uma análise mais detida do texto de Gottwald mostra que sua posição é bem mais moderada do que a expressão acima sugere. De fato, ele não hesita em admitir a “extraordinária força exploratória do modelo”⁷³ e nem os “os valores da sua interpretação”⁷⁴. Seu juízo é que:

a analogia é sugestiva, já que tanto na Grécia como na Itália, de um lado, e em Israel, de outro, notamos unidades, politicamente autônomas, vinculadas juntamente por laços religiosos comuns que implicam práticas de cultos específicas. Noth entretanto, levou a analogia mais longe, ao atribuir determinadas feições específicas tanto às anfictionias mediterrâneas como às israelitas. São estas supostas feições definitivas

⁷¹ EISSFELDT, O. The Hebrew Kingdom. *The Cambridge Ancient History*. Cambridge University Press: Cambridge, 1965; BEEK, M. A. *Auf den Wegen und Spuren des Alten Testaments*. Mohr Siebeck: Tübingen 1961 e HERRMANN, S. *Das Werden Israels. Theologische Literaturzeitung*, 87, p. 561-574, 1962.

⁷² GOTTWALD, N. *As tribos de lahweh: uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a.c.* São Paulo: Paulinas, 1986.

⁷³ GOTTWALD, 1986, p. 355.

⁷⁴ GOTTWALD, 1986, p. 355.



*que comportam reconsideração. E ainda mais seriamente, Noth deixou de discutir as posições variantes estruturais e funcionais da confederação religiosa nos dois sistemas sociais diferentes.*⁷⁵

Portanto, ao invés simplesmente refutar e abandonar completamente o modelo, o que Gottwald recusa é uma equiparação entre a anfictionia mediterrânea e israelita que ignore suas diferenças. Apesar deste problema, ele afirma estar “de acordo com ele [Noth] no sentido de considerar Israel como uma associação bem articulada de Tribos unidas por laços religiosos comuns e isso, por enquanto, continuarei chamando-a vagamente de confederação”⁷⁶.

A partir do reconhecimento do mérito limitado do modelo e da necessidade de nos livrarmos de sua tirania, Gottwald passa a desenvolver um novo esquema de entendimento da estrutura social de Israel. Mais concretamente, ele realiza um exercício comparativo entre os componentes da anfictionia grega e da confederação israelita destacando tanto o que elas têm em comum, quanto o que elas têm de diferente (ou seja, o que existem no tipo grego, mas falta em Israel; e o que existe em Israel, mas falta no tipo grego). Sua conclusão é que as semelhanças entre os modelos são bastante formais, pois enquanto a confederação israelita abrange a totalidade da sociedade, este não é o caso da Grécia antiga. Da mesma forma, a confederação israelita pode ser considerada como um modelo anti-estatal, diferente do modelo grego, no qual a liga tinha como meta objetivos estritamente políticos. Apesar destes problemas, Noth considerou que “foi de enorme valor heurístico o empreendimento de Noth” pois “ajudou-nos a conceber os problemas a serem levados em conta em outras comparações de sociedades cruzadas com o antigo Israel”⁷⁷.

4 Considerações finais: a atualidade de Weber

Pelas razões acima aduzidas, entende-se que não se pode simplesmente afirmar que o conceito weberiano de Confederação está total e definitivamente refutado.

1) Em *primeiro lugar*, há que se prestar atenção aos deslocamentos e deslizamentos pelos quais o conceito passou de Weber até chegar ao

⁷⁵ GOTTWALD, 1986, p. 355.

⁷⁶ GOTTWALD, 1986, p. 356.

⁷⁷ GOTTWALD, 1986, p. 394.



estudos exegéticos. Ocorre que enquanto em Weber o peso dos elementos político-militares e culturais da Confederação permanecem indeterminados, nos estudos bíblicos subsequentes os rituais anfictionicos acabaram por tomar uma centralidade que inexistiu neste autor: ainda que possa eventualmente ser um elemento que a compõe, o fundamento último da ideia de Confederação não reside em suas cerimônias coletivas de caráter religioso, mas na teologia da aliança.

2) Em *segundo lugar*, não se pode exagerar o peso da homologia entre uma suposta anfictionia grega e uma anfictionia das dozes tribos. Como nossa análise do Cântico de Débora quis demonstrar, Weber assenta seu argumento muito mais dos estudos bíblicos do que na busca de semelhanças diretas com o modelo mediterrâneo.

3) Em *terceiro lugar*, mesmo o principal crítico do que ao ficou conhecido como modelo anfictionico reconhece que, apesar dos seus limites, o modelo ainda permanece geral e formalmente válido.

O que se nota é que os problemas oriundos da análise de Weber decorrem muito mais de sua fixação unilateral na forma de um “modelo” rígido do que do argumento do autor propriamente dito. O essencial para Weber era apontar para uma relativa unidade política e religiosa que já existia entre as tribos de Israel mesmo antes da monarquia. É para este ponto, mais do que para um culto comum que serve de fundamento à unidade de Israel, que o conceito weberiano de Confederação quer apontar. E é a depender desta hipótese geral que a validade do conceito pode ser decidida. Mas este é um debate que, longe de encerrado, ainda permanece em curso e para o qual Weber ainda tem algo a dizer.

Referências

- ALT, A. Eine galiläische Ortsliste in Jos. 19, *ZAW*, 45, p. 59-81, 1927.
- BÍBLIA de Jerusalém. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2011.
- BÄCHLI, O. *Amphiktyonie in Israel*. Forschungsgeschichtliche Studie zur Hypothese von Martin Noth, ThZ – Sonderband 6, Basel, 1977.
- BEEK, M. A. *Auf den Wegen und Spuren des Alten Testaments*. Mohr Siebeck: Tübingen, 1961.
- EISSFELDT, O. *The Hebrew Kingdom*. The Cambridge Ancient History. Cambridge University Press: Cambridge, 1965.



FOKKELMAN, J. P. *The Song of Debora and Barak: Its Prosodic Levels and Structure*. Wright, D. (ed.). *Pomegranates and Golden Bells: Studies in Biblical, Jewish, and Near Eastern Ritual, Law, and Literature in Honor of Jacob Milgrom*. Winona Lake: Eisenbraus, 1995, p. 595-628.

FREITAS, Renan Springer. *Judaísmo, racionalismo e teologia cristã da superação: um diálogo com Max Weber*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

FROLOV, S. “How Old is the Song of Deborah?”. *Journal for the Study of the Old Testament*, v. 36, n. 2, p. 163-84, 2011.

GEUS, C. H. de. *The Tribes of Israel: An Investigation into Some of the Presuppositions of Martin Noth’s Amphictyony Hypothesis*. *Studia Semitica Neerlandica*, 1976.

GOTTWALD, N. *As tribos de Iahweh: uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a.c.* São Paulo: Paulinas, 1986.

GUTTMANN, Julius. *Das antike Judentum. Max Webers Soziologie des antiken Judentums, Monatsschrift für Geschichte und Wissenschaft des Judentums*, vol. 6, p. 195-223, 1925.

HALPERN, B. The Resourceful Israelite Historian: The Song of Deborah and Israelite Historiography. *Harvard Theological Review*, v. 76, n. 4, p. 379-401, 1983.

HERRMANN, S. Das Werden Israels. *Theologische Literaturzeitung*, 87, p. 561-574, 1962.

JEPSEN, A. Zur Überlieferungsgeschichte der Vätergestalten. Festschrift Albrecht Alt zum 70. Geburtstag gewidmet. *Wissenschaftliche Zeitschrift – Gesellschafts – und sprachwissenschaftliche Reihe*. vol. 3, n. 3, p. 139-153, 1953/54.

KAEFER, J. A. As “tribos de Israel”! Memórias remanescentes em Jz 5,14-18. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana/Ribla*, 75, 2017.

KNOHL, I. The Original Version of Deborah’s Song, and its Numerical Structure. *Vetus Testamentum*, 66, p. 45-65, 2016.

MAIER, J. *Das altisraelitische Ladeheiligtum. Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft*, 93, Töpelmann, Berlin, 1965.



MAYFIELD, T. The Accounts of Deborah (Judges 4 and 5) in Recent Research. *Currents in Biblical Research*, 7/3, p. 306-305, 2009.

MEEK, T. *Hebrew Origins*. The Haskell Lectures, 34, 1933. Harper: New York NY, 1936.

LIEBESCHÜTZ, H. *Das Judentum im deutschen Geschichtsbild von Hegel bis Max Weber*. Tübingen, 1967.

MOOR, J. C. The Twelve Tribes in the Song of Deborah. *Vetus Testamentum*. XLIII, p. 483-494, 1993.

MÖHLENBRINK, K.. Die Landnahmesagen des Buches Josua. *Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft*, 56, p. 238-268, 1938.

MOWINCKEL, S. „Rahel-Stämme“ und „Lea-Stämme“. *BZAW*, 77, Berlin, p. 129-150, 1958.

NOTH, M. *Das System der zwölf Stämme Israels*. Stuttgart: Kohlhammer, 1930.

NOTH, M. *Historia de Israel*. Barcelona: Garriga, 1966.

ORLINSKY, H. M. *The Tribal System of Israel and Relating Groups in the Period of the Judges*. Meir Ben-Horin u.a. (org.). Studies and Essays in Honour of Abraham A. Neuman (OrAnt 1), 1962. p. 11-20.

OTTO, E. *Max Webers Studien des Antiken Judentums: historische Grundlegung einer Theorie der Moderne*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2011.

OTTO, E. *Das antike Judentum*. MÜLLER, Hans-Petr. Max Weber Handbuch. Stuttgart: Metzler, 2014.

RAD, G. *Theologie des Alten Testaments*. Bd. II: Die Theologie der prophetischen Überlieferungen Israels. München 1960.

RAPHAËL, F. Max Weber et le judaïsme antique. *European Journal of Sociology*, 11, p. 297-336, 1970.

SACKS, H. Max Weber's Ancient Judaism. *Theory, Culture & Society*. 16(1), p. 31-39, 1999.

SAYCE, A. The Cuneiform Tablets of El-Amarna, now preserved in the Boulaq Museum. *Proceedings of the Society of Biblical Archaeology*, 11, 1888/89.



SANTOS, Leide Jane Soares dos. *Memórias e tradições originárias do antigo Israel: um estudo de Juízes 5*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião: São Bernardo do Campo, 2019.

SCHLUCHTER, W. *Max Webers Studie über das antike Judentum*. Frankfurt a. M: Suhrkamp, 1981.

SCHLUCHTER, W. The approach of Max Weber's sociology of religion as exemplified in his study of ancient Judaism. *Archives de sciences sociales des religions*, 49, 127, p. 33-56, 2004.

SCHÄFER-LICHTENBERGER, Christa. *Stadt und Eidgenossenschaft im Alten Testament*. Eine Auseinandersetzung mit Max Webers Studie »Das antike Judentum«. Berlin 1983.

SCHÄFER-LICHTENBERGER, Christa. The Pariah: Some thoughts on the genesis and presuppositions of Max Weber's Ancient Judaism. *Journal for the Study of the Old Testament*, 51, 85-113, 1991.

SCHUNK, K. B. Untersuchungen zur Entstehung und Geschichte eines israelitischen Stammes. *Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft*, 86, Töpelmann. Berlin: de Gruyter 1963.

SOMBART, W. *Die Juden und und das Wirtschaftsleben*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1911.

SZÁNTÓ, E. *Die griechischen Phylen*. Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften. Phil.-hist. Klasse, 144/5, Wien, 1901.

VINCENT, M. The Song of Deborah: A Structural And Literary Consideration. *Journal of Palestine Oriental Society*, 91, p. 62-64, 2000.

ZENGER, Erich *et al.* (org.). *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2016.

WEBER, M. *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen*. Konfuzianismus und Taoismus. Schriften 1915-1920. Editado por Helwig Schmidt-Glintzer, em conjunto com Petra Kolonko. Tübingen: Mohr Siebeck, 1989. [MWG I/19].

WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Religiöse Gemeinschaften. Editado por Hans G. Kippenberg, em conjunto com Petra Schilm, com a colaboração de Jutta Niemeier. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001. [MWG I/22-2].



WEBER, M. *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen*. Das antike Judentum. Schriften und Reden 1911-1920. OTTO, Eckart; OFFERMANN, Julia (org.). Tübingen: Mohr Siebeck, 2005 [MWG I/21].

WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Religiöse Gemeinschaften. Editado por Hans G. Kippenberg, em conjunto com Petra Schilm, com a colaboração de Jutta Niemeier. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001. [MWG I/22-2].

WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Recht. Editado por Werner Gephart e Siegfried Hermes. Tübingen: Mohr Siebeck, 2010. [MWG I/22-3].

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Edição incluindo: Anticríticas, Igrejas e seitas na América do Norte. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. Tradução de Tomas da Costa. Petrópolis: Vozes, 2020.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 1994.

WEBER, M. *O judaísmo antigo*. Petrópolis: Vozes, 2019.

WEISER, A. Das Deborahlied. *Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft*, 71, p. 67-97, 1959.

WRIGHT, J. L. Deborah's War Memorial The Composition of Judges 4-5 and the Politics of War Commemoration. Walter de Gruyter, *ZAW* 123, p. 516-534, 2011.

Outras Referências

ALBRIGHT, W. F. *Archaeology and the Religion of Israel*. The Ayer lectures of the Colgate-Rochester Divinity School, Rochester, N.Y., 1941 (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1942).

ANDERSON, G. W., "Israel: Amphictyony: 'AM; KĀHĀL; 'ĒDĀH", in H. T. Frank – W. L. Reed (eds.). *Translating and Understanding the Old Testament*. Essays in Honor of Herbert Gordon May (Nashville, TN: Abingdon, 1970, p. 135-151.

ARX, Urs von. *Studien zur Geschichte des alttestamentlichen Zwölfer-symbolismus*. Band 1: Fragen im Horizont der Amphiktyoniehypothese von Martin Noth, EHS 23/397; Frankfurt am Main: Peter Lang, 1990.



BÄCHLI, O. „Nachtrag zum Thema Amphiktyonie“, *TLZ* 28, 356 p., 1972.

BÄCHLI, O. Amphiktyonie im Alten Testament. Forschungsgeschichtliche Studie zur Hypothese von Martin Noth. *Theologische Zeitschrift*, VI; Basel: Reinhardt, 1977.

DOZEMAN, T. B., “The Twelve-Tribe System and Pan-Israelite Identity in the Post-Exilic Period: Reexamining Martin Noth’s Amphictyonic Hypothesis”, in: R. Müller – U. Nömmik – J. Pakkala (eds.). *Fortgeschriebenes Gotteswort: Studien zu Geschichte, Theologie und Auslegung des Alten Testaments. Festschrift für Christoph Levin zum 70. Geburtstag* (Tübingen: Mohr Siebeck, 2020) p. 79-91.

FOHRER, G., «Altes Testament – «Amphiktyonie» und «Bund»?», *TLZ* 91 (1966) 801-816, 893-904. Reprinted in: G. Fohrer, *Studien zur alttestamentlichen Theologie und Geschichte: (1949-1966)* (*BZAW* 115; Berlin: De Gruyter, 1969, p. 84-119.

GEUS, C. H. J. de. *The Tribes of Israel. An Investigation into Some of the Presuppositions of Martin Noth’s Amphictyony Hypothesis*, SSN 18; Assen: Royal Van Gorcum, 1976.

HAYES, J. H., “The Twelve-Tribe Israelite Amphictyony: An Appraisal”, Trinity University. *Studies in Religion*, 10, p. 22-36, 1975.

HERRMANN, S., „Was bleibt von der Jahwe-Amphiktyonie?“, *TZ* 48 (1992) 304-314. Reprinted [same title] in S. Herrmann, *Geschichte und Prophetie. Kleine Schriften zum Alten Testament*. Herausgegeben von R. Liwak und W. Thiel (*BWANT* 157; Stuttgart: Kohlhammer, 2002, p. 89-99.

IRWIN, W. H., «Le sanctuaire centrale israélite avant l’établissement de la monarchie», *RB* 72, p. 161-184, 1965.

KAMIKI, N., “Reconsideration of the Twelve-Tribe System of Israel”, *AJBI*, 2, p. 29-59, 1976.

LEMICHE, N. P., “The Greek ‘Amphictyony’: Could It Be a Prototype for the Israelite Society in the Period of the Judges?”, *JSOT*, vol. 2, n. 4, p. 48-59, Feb. 1977.

LEVIN, C. „Das System der zwölf Stämme Israels“, in: J. A. Emerton, *VT*, Sup 41, Leiden: Brill, 1995, p. 163-178.



MAYES, A. D. H., “The Period of the Judges and the Rise of the Monarchy”, in: J. H. Hayes – J. M. Miller (eds.). *Israelite and Judaeon History*. OTL; London: SCM, 1977, p. 285-331.

MAYES, A. D. H., “Amphictyony”, *ABD* I, p. 212-216, 1992.

METZGER, M., „Probleme der Frühgeschichte Israels“, *VF* 22, p. 30-43, 1977.

ORLINSKY, H. M., “The Tribal System of Israel and Related Groups in the Period of the Judges”, in: M. Ben-Horin – B. D. Weinryb – S. Zeitlin (eds.). *Studies and Essays in Honour of Abraham A. Neuman* (Leiden: Brill [for The Dropsie College, Philadelphia], 1962) 375-387.

REVIV, H., “The Pattern of the Pan-Tribal Assembly in the Old Testament”, *JNSL* 8, p. 85-94, 1980.

SASSON, J. M., “On Choosing Models for Recreating Israelite Pre-Monarchic History”, *JSOT* n. 21, p. 3-24, Oct. 1981.

SCHEFFLER, E., “Beyond the Judges and the Amphictyony: The Politics of Tribal Israel (1200-1020 BCE)”, *OTE* 14, p. 494-509, 2001.

SEEBASS, H., “Erwägungen zum altisraelitischen System der zwölf Stämme”, *ZAW*, 90, p. 196-220, 1978.

SEEBASS, H., “League of Tribes or Amphictyony? A Review of O. Bächli, *Amphiktyonie im Alten Testament. Forschungsgeschichtliche Studie zur Hypothese von Martin Noth*, Basel 1977“, *JSOT*, vol. 5, n. 16, p. 61-66, 1980.

SMEND, R., *Jahwekrieg und Stämmebund*. Erwägungen zur ältesten Geschichte Israels. Zweite, durchgesehene und ergänzte Auflage. *FR-LANT* 84; Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1966.

SMEND, R., „*Zur Frage der altisraelitischen Amphiktyonie*“, *EvT* 31 (1971) 623-630. Reprinted in R. Smend. *Zur ältesten Geschichte Israels*. *Gesammelte Studien*, Band 2 (*BEvT* 100; München: Kaiser, 1987) 210-216.

TOBOLOWSKY, Andrew. *The Sons of Jacob and the Sons of Herakles: The History of the Tribal System and the Organization of Biblical Identity*. *FAT* II/96; Tübingen: Mohr Siebeck, 2017.

WEINGREEN, J., “The Theory of the Amphictyony in Pre-Monarchical Israel”. *JANESCU*, 5, p. 427-433, 1973.



WEIPPERT, H. „Das geographische System der Stämme Israels», *VT* 23, p. 76-89, 1973.

WEISMAN, Z., “Israel’s Ancient Amphictyony – History or Utopia?”, in H.I.H.Prince Takahito Mikasa (ed.), *Cult and Ritual in the Ancient Near East. Bulletin of the Middle Eastern Culture Centre in Japan*, VI; Wiesbaden: Harrassowitz, p. 105-119, 1992.

VAUX, R. de. *Histoire ancienne d’Israël*. Vol. II: La période des Juges. Paris: Gabalda, 1973.

VAUX, R. de, “Was There an Israelite Amphictyony?”, *BAR* 3/2, p. 40-47, June 1977.

ZOBEL, H.-J., „Zusammenschlüsse von Stämmen in der vorstaatlichen Zeit Israels“. *Theologische Versuche*, 14, p. 29-37, 1985.